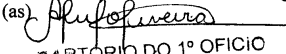




05, com sede na Rua Aleixo Antonio Alves nº 222, sala 02, centro, nesta cidade; pelo presente edital **INTIME** as seguintes pessoas: **ERIOVALDO DE SOUZA**, promissário comprador do lote de terras de nº **01**, da quadra **02**, situado na Rua 01; **LUCIMAR MARQUES FERREIRA**, promissária compradora do lote de terras de nº **06**, da quadra **02**, situado na Rua 03; **MARIA DIVINA DE OLIVEIRA**, promissária compradora do lote de terras de nº **02**, da quadra **03**, situado na Rua 01; **JANIO PRIETO CORAZZA**, promissário comprador dos lotes de terras de nºs **05** e **06**, ambos da quadra **03**, situados na Rua 01; **EDVANDO SIMÕES DA SILVA**, promissário comprador do lote de terras de nº **03**, da quadra **05**, situado na Rua 01; **MERCOSUL DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA – ME**, na pessoa de seu representante legal, promissária compradora do lote de terras de nº **04**, da quadra **05**, situado na Rua 01; **ALINE BORGES VALLIM** promissária compradora do lote de terras de nº **06**, da quadra **05**, situado na Rua 01; **ABIMAEI RUFINO DE OLIVEIRA** e sua esposa **NEUSA HELENA DOS SANTOS OLIVEIRA**, promissários compradores do lote de terras de nº **07**, da quadra **05**, situado na Rua 03; **EDVANDO SIMÕES DA**

SILVA, promissário comprador do lote de terras de nº **10**, da quadra **05**, situado na Rua 03; **LEILA CASSIENE PEREIRA FAGUNDES**, promissária compradora do lote de terras de nº **07**, da quadra **20**, situado na Rua 20; **CRISTIANO FERREIRA NETO** e sua esposa **JACIARA BOSON FERREIRA**, promissários compradores do lote de terras de nº **02**, da quadra **22**, situado na Rua 03; **PEDRO ALVES PINTO**, promissário comprador dos lotes de terras de nºs **22** e **23**, ambos da quadra **22**, situados na Rua 26; **ROBERTO PINTO LEITE** e sua esposa **RITA NUNES MACHADO LEITE**, promissários compradores do lote de terras de nº **10**, da quadra **23**, situado na Rua 26; **REINAIR BATISTA DE ARAÚJO**, promissária compradora do lote de terras de nº **04**, da quadra **27**, situado na Rua 30; **ZULENE FEITOSA LIMA**, promissária compradora do lote de terras de nº **13**, da quadra **34**, situado na Rua 18; **RICARDO JUNIOR DOS SANTOS** e sua esposa **ELIABE FEITOSA ARAÚJO DOS SANTOS**, promissários compradores do lote de terras de nº **15**, da quadra **A**, situado na Rua 05; **JOAQUINA DE JESUS OLIVEIRA**, promissária compradora do lote de terras de nº **01**, da quadra **D**, situado na Rua 22; **LUCIMAR GONÇALVES LESSA**, promissária compradora do lote de terras de nº **02**, da quadra **D**.

situado na Rua 22; e **EDUARDO FRANCISCO DA SILVA**, promissário comprador do lote comercial C; todos do loteamento denominado **“SETOR BARCELOS”**, neste município; para comparecerem neste Cartório a fim de efetuarem os pagamentos das prestações em atraso e demais cominações de direito, referente aos contratos particulares de compromisso de compra e venda firmados com a promitente vendedora, sob a pena de decorridos **15 (quinze) dias**, contados da data da última publicação do presente edital, a ser rescindindo os contratos, cancelando os registros, nos termos da Lei vigente. E para que ninguém alegue ignorância, vai o presente edital publicado. Dado e passado nesta cidade de Trindade, Termo e Comarca do mesmo nome, Estado de Goiás, aos quatro dias, do mês de outubro do ano de dois mil e onze (04/10/2011).

(as)  Ana Flávia Matos Oliveira, Sub-oficial
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Tabelionato Rog de Imóveis
Ana Flávia Matos Oliveira
Escrivente e Sub Oficial
Goiás

33.628

Agropecuária Santa Lurdes S/A

AGROPECUÁRIA SANTA LURDES S/A CNPJ/MF nº 02.953.645/0001-74 NIRE nº 52300008158 ATA DA 16ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Data e Hora: Aos 27 (vinte e sete) dia do mês de setembro de 2011, às 10 horas. **2. Local:** Sede da Companhia, Goiânia, Estado de Goiás, Rua 136-A, Quadra F-44, Lote 08, nº 104, Sala 12, CEP 74093-260, Setor Sul. **3. Presença:** Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital votante, conforme se depreende das assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **4. Mesa:** Declair José Borges, Presidente da Mesa; Anderson Heck, Secretário. **5. Convocação:** Convocação dispensada nos termos do § 4º do art. 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações. **6. Ordem do Dia: (1) Alteração da data da 16ª Assembléia Geral Extraordinária; (2) Eleição para o cargo de Diretor Presidente, bem como definição e aprovação da respectiva remuneração; (3) Aprovação do Laudo de Avaliação elaborado pelos peritos nomeados na 6ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 04 de julho de 2011; (4) Aumento do Capital Social da companhia; (5) Alteração do Artigo 15º do Estatuto Social, autorizando a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; (6) Consolidação do Estatuto Social; e (7) Aprovação do Boletim de Subscrição. 7. Deliberações da Assembléia: Item (1) da Ordem do Dia: O presidente da mesa expôs os motivos que levaram a alteração da data da 16ª Assembléia Geral Extraordinária, que havia sido marcada anteriormente para o dia 01 de agosto de 2011, esclarecendo que todos os assuntos que seriam debatidos naquela data, seriam tratados hoje, 27 de setembro de 2011, o que foi aprovado por unanimidade. Item (2) da Ordem do Dia: Após deliberarem sobre o item 2 da Ordem do Dia, os acionistas reelegeram como Diretor Presidente da companhia, o acionista **DEJAIR JOSÉ BORGES, brasileiro, divorciado, empresário, com endereço profissional em Goiânia/GO, à Rua 136-A, Quadra F-44, Lote 08, nº 104, Setor Sul, Cep 74.093-260, portador da Carteira de Identidade nº 483.557 SSP/GO e inscrito no CPF/MF sob o nº 137.150.461-04.** Foi também aprovado por unanimidade a remuneração mensal de 01 (um) salário mínimo, a título de honorários, ao Diretor Presidente reeleito nesta data. Após a eleição para o cargo de Diretor Presidente, cujo mandato terá prazo de três anos (trênis 2011/2013), de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o acionista **DEJAIR JOSÉ BORGES**, declarou, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. Item (3) da Ordem do Dia: O presidente da mesa apresentou aos acionistas, o Laudo de Avaliação das fazendas de propriedade do acionista Declair José Borges, elaborado pelos peritos que haviam sido nomeados na 15ª Assembléia Geral Extraordinária, e que será base para a proposta de Aumento de Capital por parte dos acionistas, a ser votado nesta assembléia. O Laudo de Avaliação foi aprovado por unanimidade. Item (4) da Ordem do Dia: O presidente da mesa propôs aos acionistas presentes o aumento do Capital Social, dos atuais R\$ 717.708,00 (setecentos e dezesesse mil, setecentos e oito reais), para R\$ 23.220.000,00 (vinte e três milhões, duzentos e vinte mil reais), o qual se dará da seguinte forma: 1. As acionistas **CAROLINA LANDEIRO BORGES** e **CAMILA LANDEIRO BORGES**, integralizam neste ato, em moeda corrente nacional, a quantia de R\$ 5.222,00 (cinco mil, duzentos e vinte e dois reais) cada uma, totalizando R\$ 10.444,00 (dez mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais). 2. O acionista **DEJAIR JOSÉ BORGES** integraliza neste ato, mediante a incorporação dos imóveis rurais abaixo relacionados, a quantia de R\$ 22.491.848,00 (dezesesse milhões, quatrocentos e noventa e um mil, oitocentos e quarenta e oito reais), avaliados pelo valor fiscal declarado: a) Um Lote Rural, remanescente da **“FAZENDA CAMAÇARI”**, situado no município de São José do Xingú, Comarca de Vila Rica, Estado do Mato Grosso, com área de 484,00 ha (quatrocentos e oitenta e quatro hectares), registrada em 29/01/2010, no 1º Ofício - Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica, Estado do Mato Grosso, no Livro 02 - Registro Geral, Ficha 1, Matrícula 4.209, com valor fiscal de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais); b) Um Lote Rural, situado no município de São José do Xingú, Comarca de Porto Alegre do Norte, Estado do Mato Grosso, denominado **“FAZENDA CAMAÇARI”**, com área de 5.915,2731 ha (cinco mil, novecentos e quinze hectares, vinte e sete ares e trinta e um centiares), registrada em 14/09/2011, no 1º Serviço Registral - Comarca de Porto Alegre do Norte, Estado do Mato Grosso, no Livro 02 - Registro Geral, Fichas 1 e 2, Matrícula 1.875, com valor fiscal de R\$ 2.345.000,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e cinco mil reais); c) Um Lote Rural, situado no município de São José do Xingú, Estado do Mato Grosso, denominado **“FAZENDA SANTA ANITA”**, com área de 2.269,4797 ha (dois mil, duzentos e sessenta e nove hectares, quarenta e sete ares e noventa e sete centiares), registrada em 20/04/2011, no 1º Ofício - Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica, Estado do Mato Grosso, no Livro 02 - Registro Geral, Ficha 1, Matrícula 4.720, com valor fiscal de R\$ 3.325.000,00 (três milhões, trezentos e vinte e cinco mil reais); d) Dois Lotes Rurais, situados no município de São José do Xingú, Estado do Mato Grosso, ambos denominados **“FAZENDA FLOR DA MATA”**, com áreas de 1.264,3713 ha (um mil, duzentos e sessenta e quatro hectares, trinta e sete ares e treze centiares) e 4.785,9376 (quatro mil, setecentos e oitenta e cinco hectares, noventa e três ares e setenta e seis centiares), devidamente registrados no 1º Serviço Registral - Comarca de Porto Alegre do Norte, Estado do Mato Grosso, sob as Matrículas 1.876 e 1.877, respectivamente, com valor fiscal total de R\$ 9.766.848,00 (nove milhões, setecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais). e) Um Lote Rural, situado no município de São José do Xingú, Estado do Mato Grosso, denominado **“FAZENDA TAMARANA”**, com área de 1.403,6440 ha (um mil, quatrocentos e três hectares, sessenta e quatro ares e quarenta centiares), devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício e Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica/MT, sob a Matrícula 55, e Escritura Pública de Compra e Venda lavrada no 4º Tabelionato de Notas da Comarca de Goiânia - Cartório Índio Artiaga, assinada em 22/01/2010, com valor fiscal de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); f) Um Lote Rural, situado no município de São José do Xingú, Estado do Mato Grosso, denominado **“FAZENDA ESTRELA D'ALVA”**, com área de 3.955,19 ha (três mil, novecentos e cinquenta e cinco hectares e dezenove ares), devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício e Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica/MT, sob a Matrícula 422, e Escritura Pública de Compra e Venda lavrada no 4º Tabelionato de Notas da Comarca de Goiânia - Cartório Índio Artiaga, assinada em 31/05/2011, com valor fiscal de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais); g) Um Lote Rural, situado no município de São José do Xingú, Estado do Mato Grosso, denominado **“FAZENDA BARRA DO DIA”**, com área de 1.716,44 ha (um mil, setecentos e dezesesse hectares, quarenta e quatro ares), devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício e Registro de Imóveis da Comarca de Vila Rica/MT, sob a Matrícula 445, e Escritura Pública de Compra e Venda lavrada no 4º Tabelionato de Notas da Comarca de Goiânia - Cartório Índio Artiaga, assinada em 31/05/2011, com valor fiscal de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). O aumento proposto pelo Presidente da mesa, na forma como descrita na presente ata, foi aprovado por unanimidade pelos acionistas. Item (5) da Ordem do Dia: O presidente da mesa propôs aos acionistas da companhia, a alteração do Artigo 15º do Estatuto Social, o qual passaria a permitir ao Diretor Presidente autorizar a alienação de bens do Ativo Permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, sem a necessidade de ser convocada a Assembléia Geral Extraordinária específica para este fim. Após ser analisada a proposta do presidente da mesa, a mesma foi aprovada por unanimidade, passando o Artigo 15º do Contrato Social a vigorar com a seguinte redação: “Será permitido ao Diretor Presidente autorizar a alienação de bens do Ativo Permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, acionistas ou não”. Item (6) da Ordem do Dia: Após esclarecimentos, o Presidente propôs aos acionistas presentes que fosse realizada a Consolidação do Estatuto Social, o que foi aprovado por todos. Com isso, o Estatuto Social Consolidado passa a ter a seguinte redação: **CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, CAPÍTULO I, DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO, ARTIGO 1º:** Sob a denominação de **AGROPECUÁRIA SANTA LURDES S/A**, está constituída uma Sociedade Anônima que se rege pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **ARTIGO 2º:** A sociedade tem sede na Rua 136-A, Quadra F-44, Lote 8, nº 104, Sala 12, CEP 74.093-260, Setor Sul, Goiânia, Estado de Goiás e foro judiciário na comarca de Goiânia, Estado de Goiás. **Parágrafo Único** Poderão ser abertas filiais, depósitos e escritórios em qualquer ponto do território nacional, bem como poderão ser nomeados agentes representantes no exterior, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, dentro ou fora do país, desde que atendam aos interesses sociais, a critério e deliberação da Assembléia Geral, respeitando a legislação pertinente à matéria. **ARTIGO 3º:** A sociedade tem como objeto social a agricultura e pecuária, compreendendo: a) criação de bovinos para corte; b) criação de bovinos para leite; c) produção de lavouras temporárias; e d) cultivo de lavouras permanentes. **Parágrafo Único** A sociedade, a critério da Assembléia Geral, poderá dedicar-se a outros ramos de atividade que independam de autorização governamental e participar de outras empresas, no país ou no exterior. **ARTIGO 4º:** O prazo de duração é por tempo indeterminado, tendo suas atividades se iniciado em 27 de janeiro de 1999. **ARTIGO 5º:** A sociedade tem um Capital Social de R\$ 23.220.000,00 (vinte e três milhões, duzentos e vinte mil reais), representado por ações nominativas, ao valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **§ 1º.** As ações não poderão ser colocadas à venda por valor inferior ao valor patrimonial. **§ 2º.** Os titulares das ações ordinárias terão direito de preferência na subscrição de novas ações, em qualquer caso, na proporção e ordem das que já possuírem na data de cada emissão. **ARTIGO 6º:** Cada ação ordinária nominativa corresponde a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais. **ARTIGO 7º:** A sociedade poderá emitir títulos múltiplos de ações. **CAPÍTULO II, ASSEMBLÉIA GERAL, ARTIGO 8º:** A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses subsequentes ao encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **ARTIGO 9º:** As assembléias Gerais serão convocadas pelo Diretor Presidente, mediante comunicação escrita ou edital, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sendo que os acionistas poderão fazer-se representar por procuradores, cujos mandatos deverão ser específicos para esse fim. **ARTIGO 10º:** As Assembléias Gerais serão presididas por acionista ou diretor indicado pela maioria dos presentes, que por sua vez escolherá o Secretário. **ARTIGO 11º:** A Assembléia Geral é o órgão soberano da sociedade, com poder de deliberação sobre quaisquer assuntos, dentre eles os seguintes: a) eleição e destituição dos membros da Diretoria; b) fixação dos poderes da Diretoria; c) fixação dos honorários da Diretoria; d) alteração do Estatuto da social. **CAPÍTULO III, DIRETORIA, ARTIGO 12º:** A sociedade será administrada por uma Diretoria com 3 (três) membros. **§ 1º.** A Diretoria é composta por um Diretor Presidente, cujo cargo será ocupado pelo acionista **DEJAIR JOSÉ BORGES**, um Diretor Administrativo e um Diretor Financeiro acionista ou não. **§ 2º.** O mandato do Diretor Presidente, do Diretor Administrativo e do Diretor Financeiro será de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **§ 3º.** Os diretores administrativo e financeiro serão eleitos por maioria de votos dos acionistas ou seus procuradores, em Assembléia Geral Ordinária. **ARTIGO 13º: Competem** aos Diretores as atribuições e poderes para praticar todos os atos de gestão e administração que lhes são conferidos no Artigo 14 e parágrafos, deste estatuto, a fim de garantir o funcionamento normal da sociedade e visando os fins e objetivos sociais. **ARTIGO 14º: Compete à Diretoria a gestão das atividades sociais, inclusive deliberações sobre a organização administrativa. § 1º.** Compete privativamente ao Diretor Presidente, de forma isolada: a) representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; b) deliberar sobre todos os negócios da sociedade; c) deliberar sobre a aplicação dos fundos sociais; d) adquirir, alienar e/ou onerar bens da sociedade; e) contrair dívidas de quaisquer natureza; que não aquelas de pequeno valor e inerentes às atividades regulares da sociedade; f) assinar os balancetes patrimoniais e o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações contábeis destinadas a terceiros e à publicação; g) apresentar as demonstrações financeiras de cada exercício social, submetendo-as ao parecer do Conselho Fiscal, a partir de quando este estiver em atividade; h) admitir e dispensar funcionários, fixando-lhes as atribuições e as remunerações; i) contratar serviços de terceiros, de acordo com as necessidades e os interesses da sociedade; j) abrir e movimentar contas bancárias em quaisquer estabelecimentos ou entidades bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal; k) convocar e presidir as reuniões da diretoria, quando julgar necessária; l) nomear representantes e procuradores para atos e finalidades específicas, nos casos em que haja necessidade; m) outorgar procurações a advogados, para defesa dos interesses da sociedade, em Juízo ou fora dele; n) convocar e presidir as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias; o) praticar os demais atos que se fizerem necessários ao bom funcionamento e à defesa dos interesses da sociedade; p) cumprir e fazer cumprir os presentes Estatutos Sociais, bem como as deliberações tomadas em Assembléia Geral, e as exigências legais que obrigam a sociedade. **§ 2º.** Compete ao Diretor Administrativo dirigir todo serviço do escritório central da Companhia. **§ 3º.** Compete ao Diretor Financeiro a elaboração dos relatórios gerenciais para avaliação das atividades da Companhia e fornecer ao Diretor Presidente dados para a elaboração do relatório anual. **§ 4º.** O Diretor Presidente pode acumular as funções dos Diretores Administrativo e Financeiro, sempre que houver necessidade, inclusive por deliberação da Assembléia Geral Ordinária. **ARTIGO 15º:** Será permitido ao Diretor Presidente autorizar a alienação de bens do Ativo Permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, acionistas ou não. **ARTIGO 16º:** A Diretoria reunir-se-á todas as vezes que os interesses sociais o exigirem, podendo a reunião ser convocada por um ou mais diretores. **Parágrafo Único** As deliberações da Diretoria constarão de Atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos. **ARTIGO 17º:** A título de remuneração pelos serviços respectivos, os diretores perceberão honorários que lhes serão fixados pela Assembléia Geral, na forma de uma quantia mensal ou anual. **ARTIGO 18º:** Os Diretores não poderão praticar atos que extrapolem as atribuições conferidas no estatuto. **ARTIGO 19º:** Na vacância de cargo do Diretor Administrativo e/ou Financeiro, o Diretor Presidente o substituirá até completar o prazo do mandato. **CAPÍTULO IV, CONSELHO FISCAL, ARTIGO 20º:** A sociedade terá um Conselho Fiscal composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no país, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, com funcionamento não permanente, a ser instalado pela Assembléia Geral, de conformidade com que prevê o artigo 161 da Lei nº 6.404, de 1976. **Parágrafo Único** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as funções, poderes, competência e responsabilidades previstas no art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976 e sua remuneração será fixada pela Assembléia Geral que os eleger. **CAPÍTULO V, EXERCÍCIO SOCIAL, LUCRO E DISTRIBUIÇÃO, ARTIGO 21º:** O exercício social coincide com o ano civil. Ao final de cada exercício social processar-se-á o levantamento das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404, de 1976. **ARTIGO 22º:** O lucro porventura apurado terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para constituição do fundo de Reserva Legal até o limite previsto em Lei; b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido levantado a título de dividendos obrigatórios aos acionistas, nos termos do § 2º do artigo 202, da Lei nº 6.404/76; c) gratificação aos membros da Diretoria, conforme previsto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76; e; d) saldo remanescente à disposição da Assembléia Geral. **ARTIGO 23º:** Os dividendos deverão ser pagos no prazo previsto no § 3º do artigo 205 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Único** - Os dividendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão, revertendo em benefício da sociedade. **CAPÍTULO VI, DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO, ARTIGO 24º:** A sociedade entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em Lei, por deliberação da Assembléia Geral. **Parágrafo Único** Compete à Assembléia Geral determinar o modo de dissolução, liquidação e extinção, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período, fixando-lhes as respectivas remunerações. **CAPÍTULO VII, DISPOSIÇÕES GERAIS, ARTIGO 25º:** Todos os casos não previstos neste Estatuto serão resolvidos de acordo com a Legislação em vigor. **ARTIGO 26º:** No caso de algum acionista desejar alienar todas ou parte de suas Ações Ordinárias Nominativas, os outros acionistas, também possuidores de Ações Ordinárias Nominativas, terão preferência, na proporção das ações que no momento possuírem, para adquiri-las no todo ou em parte, em igualdade de condições. **§ 1º.** Para efeito de preferência, deverá o acionista alienante manifestar por escrito à Diretoria a intenção de alienar suas ações e mencionar o preço pretendido e as condições de pagamento, a fim de que sejam avisados os demais acionistas, os quais terão prazo de 30 (trinta) dias para exercer o direito de preferência a eles assegurado. **§ 2º.** Se nenhum acionista manifestar, dentro do prazo, a vontade de adquirir o todo ou parte das ações, fica o acionista alienante livre para transferi-las a quem aprover. **Item (7) da ordem do dia**, o Sr. Presidente da Mesa declarou aos presentes que o Diretor Presidente da Companhia estava empossado em seu cargo e que poderia exercê-lo nos termos do Estatuto Social. Em seguida, o Presidente comunicou aos presentes que a composição do Capital Social da Companhia estava como representando no Boletim de Subscrição abaixo aprovado: **BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS NOMINATIVAS EM 01.08.2011****

ACIONISTA	AÇÕES		VALOR (R\$)	%
	Tipo	Quantidade		
Declair José Borges CPF/MF 137.150.461-04	ON	23.208.282	23.208.282,00	99,94
Carolina Landeiro Borges CPF/MF 721.568.211-00	ON	5.859	5.859,00	0,03
Camila Landeiro Borges CPF/MF 721.568.301-00	ON	5.859	5.859,00	0,03
TOTAL		23.220.000	23.220.000,00	100,00

8. Encerramento e Assinatura da Ata: Não havendo qualquer outro pronunciamento, o Sr. Presidente considerou encerrados os trabalhos da Assembléia Geral, determinando que fosse lavrada a presente ata, a qual lida e achada conforme, segue assinada pela mesa e pelos acionistas presentes, que constituem a maioria necessária às deliberações tomadas. Assinaturas: Declair José Borges, Presidente da Mesa; Anderson Heck, Secretário. Acionistas Presentes: (i) Declair José Borges; (ii) Carolina Landeiro Borges; (iii) Camila Landeiro Borges; Luciano Pinelli Chaveiro Advogado, OAB/GO 19.847. Na qualidade de Secretário da Assembléia, declaro que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. JUCEG 52111730643, em 01/11/2011. Sec. Geral Paula Nunes Veloso Rossi.

33.688